

Natureza, planejamento e produção de alimentos

Agroecologia, agricultura urbana, estratégias de reprodução social e
acesso ao território

Proponentes:

Heloisa Soares de Moura Costa/Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia/IGC/UFMG e Coordenadora do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!/UFMG)

Daniela Adil Oliveira de Almeida/Coordenadora do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!/UFMG)

RESUMO GERAL

A proposta de sessão livre visa reforçar a pertinência do debate sobre a produção, distribuição e comercialização de alimentos no amplo campo disciplinar do planejamento e das práticas urbanas e regionais. Por um lado busca-se uma aproximação entre campos disciplinares distintos, que na atualidade convergem para a construção de um arcabouço teórico-conceitual compartilhado envolvendo o planejamento urbano, a agroecologia, o debate ambiental, a segurança alimentar e nutricional, a saúde urbana, os movimentos sociais, entre outros. Para tanto envolve os seguintes grupos de pesquisa e ativistas de instituições de origens distintas que vem trocando experiências e resultados de pesquisa entre si e/ou tem grande potencial de intensificar estas trocas: o Grupo de Estudos de Agricultura Urbana – AUÊ/UFMG, proponente da sessão, o Grupo de Estudos em Agricultura Urbana – GEAU/IEA/USP; o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação - NUPEGA/UFC, o Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia – NEPPAG/UFPE.

Embora seja uma atividade tradicional nas cidades, praticada tanto em áreas privadas como públicas ou coletivas, a agricultura urbana se constitui numa prática invisibilizada nas cidades, ora tida como resquício de trajetórias rurais de migrantes, ora como experiência privada de complementação alimentar em hortas e quintais. Tal invisibilidade está também associada ao processo de valorização da terra e de luta pelo espaço, dominada pelos capitais fundiários e imobiliários no qual não há lugar para a produção de alimentos ou atividades ainda pouco capturadas pela lógica mercantil como a satisfação e a necessidade de cultivar frutas e legumes, flores, plantas medicinais, etc. Por outro lado, a produção de alimentos é crescentemente controlada por um sistema agroalimentar associado ao agronegócio e à reprodução de capitais em esfera global, ao qual se contrapõe a perspectiva da agroecologia. Esta perspectiva busca associar a pequena produção – camponesa, familiar, popular, de povos e comunidades tradicionais - ao universo das práticas e saberes de agricultora/es enraizados em seus territórios, produzindo alimentos de qualidade, sem agrotóxicos e fertilizantes químicos, com importantes implicações sobre a saúde e segurança/soberania alimentar da população. Este campo disciplinar, ainda fortemente associado aos territórios rurais, tradicionais e camponeses, bastante politizado e estruturado em escala nacional e internacional, começa a ser discutido em sua vertente urbana. Neste debate temos a intenção de

contribuir para a consolidação de uma agroecologia urbana (e metropolitana), associando-a a várias experiências de movimentos sociais e redes de promoção de sistemas alimentares justos e saudáveis, e circuitos curtos de comercialização e de proximidade que buscam aproximar produtoras/es e consumidoras/es a partir de conceitos como economia solidária, comércio justo, entre outras possibilidades de redes urbanas/metropolitanas/rurais. Cabe salientar também uma forte interface com os debates feministas, na medida em que as mulheres assumem um protagonismo particular na militância agroecológica, reforçando seu papel na produção de comida de verdade e na construção social de mercados em territórios urbanos, ao mesmo tempo que lutam contra a opressão e violência sobre seus corpos e contra a injusta divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza o tempo de trabalho produtivo sobre o trabalho de reprodução.

No campo do planejamento urbano/metropolitano, que necessariamente inclui os espaços formalmente considerados rurais, começam a surgir experiências que buscam articular o uso do solo agrícola às áreas urbanas, protegendo-as e qualificando-as, entremeando espaços construídos e não-construídos, apontando para outras configurações das relações entre natureza e urbanização, fazendo valer a premissa básica da reforma urbana da função social da propriedade na forma de espaços de produção de alimentos. São muitas as experiências de agricultura urbana concebidas como política pública, como expressão de movimentos sociais, como experiência inovadora de políticas territoriais socioambientais, como ativismo político agroecológico, como prática de garantir segurança alimentar e nutricional à população em geral e particularmente aos mais vulneráveis.

A agricultura urbana pode ser também considerada uma estratégia de resistência na disputa pelo acesso à terra nas metrópoles. Nos processos mais amplos de produção do espaço nas áreas metropolitanas brasileiras, a disputa pela terra, e crescentemente pela água, constitui um elemento central de conflito entre os agentes sociais relevantes na dinâmica imobiliária recente. Cabe discutir as implicações, por exemplo, das tendências de desaparecimento das áreas rurais nos municípios, a partir de instrumentos de planejamento como planos diretores e leis de zoneamento, que sinalizam para uma maior atração de capitais fundiários e imobiliários, cada vez mais articulados ao capital financeiro internacional, que investem em projetos de grande complexidade com implicações socioambientais e territoriais importantes. A reafirmação de territórios rurais e urbanos, destinados à produção de alimentos, em bases familiares e/ou solidárias, organizados em redes alternativas de distribuição, preferencialmente agroecológicas, representam um contraponto de resistência à tendência hegemônica e homogeneizadora de submissão do território à lógica da acumulação pela via do direito ao uso e do acesso à terra urbana. Constituem também possibilidades de construção de alternativas emancipatórias nas quais a reprodução ampliada da vida assume protagonismo frente à produção do espaço como mercadoria ou ativo financeiro. Serão trazidos casos de regiões metropolitanas e/ou outros espaços que constituam interessantes exemplos destas situações contraditórias. Neste conjunto de experiências sobressaem-se tanto produtoras/es agrícolas tradicionais, quanto redes inovadoras de produção e comercialização que prometem alterar as relações entre produção e consumo de alimentos, contribuindo para tornar mais

fluidas e desnecessárias as fronteiras entre espaços urbanos e rurais.

Assim, de forma geral a sessão busca atrair pesquisadoras/es e estimular o debate em torno das questões abaixo relacionadas com vistas a dar visibilidade a uma rede de pesquisas e de ações articuladas ao universo dos estudos e do planejamento urbano e regional:

- Identificar e promover as práticas agrícolas agroecológicas como elemento essencial do planejamento territorial urbano e regional, das políticas culturais, ambientais e fundiárias. Considerar o uso agrícola do solo como forma de prevalência da função social e ambiental da propriedade/da terra, a partir da qual possam ser desenvolvidos mecanismos e instrumentos de planejamento que reconheçam a agroecologia urbana, articulando-a como parte da infraestrutura verde e azul nas cidades, metrópoles, enfim, no tecido urbano estendido, fortalecendo a percepção da natureza na urbanização;
- Discutir as potencialidades das práticas agrícolas agroecológicas urbanas, identificando os agentes sociais a ela relacionados, os sujeitos individuais e coletivos que as praticam, bem como os saberes e aprendizagens que elas possibilitam para a conformação de sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis, na promoção do direito humano à alimentação adequada e a promoção da saúde.
- Identificar, apoiar e compreender a sociobiodiversidade de experiências e práticas agroecológicas e de agricultura orgânica, bem como situações atuais e potenciais de transição agroecológica em contextos urbanos e metropolitanos, aprofundando perspectivas de formulação e monitoramento de políticas públicas voltadas para a promoção da agroecologia nesses contextos.
- Produzir insumos para a organização social em bases colaborativas e solidárias, dos sujeitos envolvidos com as práticas agroecológicas em contextos urbanos e metropolitanos, colaborando e incentivando redes de produtoras/es e organizações da sociedade civil.

PALESTRA 1 - DESAFIOS DA PRODUÇÃO E DOS FLUXOS DE ALIMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA, CEARÁ: O POTENCIAL DA AGRICULTURA URBANA PARA A SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA ALIMENTAR

Iara Rafaela Gomes/Professora do Departamento de Geografia/UFC e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação (NUPEGA-UFC).

As metrópoles se apresentam como destino de grande parte dos alimentos produzidos em outras regiões ou países. Certamente, são grandes polos consumidores, contudo o fato novo é que tem, particularmente nas últimas décadas, relevante papel na organização das formas de comercialização, e similarmente de produção de alimentos. Além disso, a Segurança Alimentar e Nutricional nas áreas metropolitanas tem sido apontada como questão estratégica pela política internacional e pelas agendas científicas, especialmente para reorientar as dinâmicas de produção, circulação e consumo. Apresentaremos nossas reflexões sobre os desafios da produção e

dos fluxos de alimentos na e a partir da Região Metropolitana de Fortaleza (CE), de modo a debater os potenciais tanto da agricultura para a sustentabilidade do sistema alimentar como de seu desenvolvimento no quadro das políticas alimentares urbanas. Pensar as grandes cidades, no Brasil e no Nordeste, e seus respectivos espaços metropolitanos, nos remete ao reconhecimento do papel estratégico das cidades na promoção de sistemas alimentares sustentáveis e na SAN, além de apontar a importância da Agroecologia Urbana. Dialogar sobre essas iniciativas pode revelar os privilégios e contradições sociais, e sobretudo, como elas podem articular diversas lutas de caráter socioespacial e socioambiental e sugerir a elaboração de políticas públicas intersetoriais.

PALESTRA 2 – AGRICULTURAS URBANAS NA METRÓPOLE PAULISTANA

Valeria de Marcos/Professora do Depto de Geografia/FFLCH/USP e Vice-Coordenadora do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (GEAU/IEA/USP)

A produção de alimentos em áreas urbanas e, em especial, metropolitanas, embora seja uma prática antiga, tem despertado cada vez mais interesse nos últimos tempos. É possível olhar para esta ampliação por diversas perspectivas. A partir do estudo das experiências de agricultura urbana na metrópole paulistana, três delas nos parecem particularmente importantes para que possamos refletir criticamente sobre as diferentes possibilidades da agricultura urbana que temos e pensarmos em caminhos para alcançarmos a agricultura urbana que queremos. São elas: 1. a da *ampliação das áreas cultivadas e dos sujeitos que se dedicam à atividade* em busca de uma alternativa de renda, direta ou indireta: quem são, onde estão, o que produzem, para quem e como comercializam; 2. a da *formulação de políticas públicas voltadas para a produção de alimentos em áreas urbanas*: que efetividade e alcance possuem, a quem se destinam, qual seu potencial na ampliação ou não das áreas de cultivo; 3. a das *hortas comunitárias construídas por grupos ativistas em espaços públicos*: que contribuição possuem para uma apropriação ativa e crítica da produção do espaço urbano e para uma reaproximação entre o consumidor e o alimento que culmine em um consumo consciente e responsável.

PALESTRA 3 - AGRICULTURA URBANA NA CIDADE E REGIÃO METROPOLITANA: SOCIABILIDADE, ALIMENTAÇÃO, SAÚDE, RECONEXÃO COM A NATUREZA E CUIDADOS COM AS MATAS/ ÁGUAS

Mônica Cox de Britto Pereira/Professora do Departamento de Ciências Geográficas/UFPE e Coordenadora do Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG Ayni/UFPE).

A agricultura urbana vem sendo visibilizada a partir de diferentes experiências, sujeitos, e processos de lutas/resistências. Refletir as interfaces entre processos localizados desde os desafios e potencialidades na relação sociedade-natureza, afirmação de direitos, cuidados com a vida, bem como autonomias desde o chão construindo caminhos para além do desenvolvimento. Desafios tais como o reconhecimento de agricultores/as na cidade e do papel ambiental/social da agricultura/alimentação sana para um sistema alimentar de base agroecológica que contrapõe à violência e destruição da vida do modelo hegemônico. Experiências: a) camponeses se organizando e cuidando das matas/águas em Paulista (RMR); b) comunidade urbana, mulheres de Passarinho restaurando plantas e protagonismos no território; c) universidade/Ufpe construindo diálogo teoria-prática, formação, metodologias, diálogos de conhecimentos - alimentação como reconexão com território, memórias e comida de verdade; movimento social (MST) com ação mãos solidárias, formação de jovens, plantios agroecológicos, alimentação na pandemia. Dialogar diferentes territórios e realidades - questões: qual o contexto da experiência, quem são os sujeitos, quais potencialidades e desafios; a experiência contribui para construção de processos de autonomia alimentar, de reconexão/cuidado com a natureza; para além da alimentação, qual importância é atribuída às práticas AU?

PALESTRA 4 - INCORPORANDO O USO AGRÍCOLA DO SOLO NO PLANEJAMENTO METROPOLITANO: O EXEMPLO DE BELO HORIZONTE

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar/Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!/UFMG)/Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (IGC-UFMG) e bolsista CNPq.

É possível planejar e pensar as metrópoles a partir das agriculturas? O Estatuto da Cidade indica que a totalidade dos territórios municipais deve ser considerada nos planos diretores, mas ainda existem poucas experiências que detalham o planejamento das zonas rurais ou incorporam o uso agrícola do solo nas zonas urbanas de municípios metropolitanos. No mesmo sentido, são escassas as iniciativas que consideraram as agriculturas, a produção e o abastecimento alimentar como Função Pública de Interesse Comum tal como preconizado pelo Estatuto da Metrópole. Apresentaremos a trajetória de incorporação do uso agrícola do solo no Plano Metropolitano, seu Macrozoneamento e em planos diretores de municípios da RMBH, processo contratado pelo estado à UFMG, entre 2009 e 2019. Esta trajetória interage com um rico contexto de iniciativas populares e de pesquisa-extensão que contribuem para se pensar, disputar e produzir espaços e propostas de

reestruturação territorial na RMBH a partir da agroecologia, da agricultura urbana e agricultura familiar. Compartilhar e debater essas trajetórias pode contribuir para ampliar a incorporação dessas questões no planejamento, assim como avançar nas políticas públicas e lutas por garantia de condições e direitos básicos, como Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Direito à Cidade, Direito Humano à Alimentação Adequada.